

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA: A QUEM INTERESSA?

Prof.^a Esp. Claudia Freitas Góes e Prof. Ms. Ruy José Braga Duarte

SEC/SUPROF – BA

claudiafgoes@gmail.com - profruybraga@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Política Pública da Educação Profissional do Estado da Bahia e seu desenvolvimento para os jovens e os adultos trabalhadores que historicamente não tiveram oportunidade de obter uma qualificação profissional. O conjunto dessa Política Pública direcionou a Educação Profissional do estado a dar avanços a partir das demandas encontradas, verificadas através das pesquisas realizadas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), com os jovens e adultos trabalhadores matriculados na rede pública estadual de ensino, compreendo a contingência e ligeireza em inserir-se no mundo do trabalho. Temos como objetivo principal evidenciar o processo de crescimento e concepção de trabalho como princípio educativo da Educação Profissional do Estado da Bahia e o entendimento de Território de Identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, Política Pública, Mundo do Trabalho, Território de Identidade e Desenvolvimento.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA: A QUEM INTERESSA?

1. INTRODUÇÃO

Estamos vivendo numa sociedade capitalista onde a competição em todos os níveis encontra-se acirrada direcionando o cidadão a crer que o movimento da globalização é o único caminho na construção e desenvolvimento do conhecimento, deixando de lado, muitos outros caminhos que podem ser percorridos e analisados no processo do conhecimento, como a dicotomia entre mercado de trabalho e mundo do trabalho, por exemplo.

Neste contexto, a escola que é um ambiente de construção sistemática de conhecimentos, conceitos e valores que regem as ações do ser humano, não esquecendo que é para atender uma determinada classe – a dominante -, deve-se modificar no sentido de promover uma educação que permita a visão de mundo do movimento educacional buscando e refletindo a todo instante o pêndulo que a sociedade faz dentro e fora do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que devemos contribuir para o avanço da elaboração do saber pela classe trabalhadora e seus filhos, ou seja, para ir além da produção do saber.

Assim, a construção da Educação Profissional do Estado da Bahia visa direcionar a sua prática pedagógica de forma a entender esse movimento da sociedade intervindo de maneira sócio-política, adotando um currículo com base na concepção pedagógica histórico-crítica, (SAVIANNI, 2008).

A produção do saber é social, ocorre no interior das relações sociais. A elaboração do saber implica expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social. Essa expressão elaborada supõe o domínio dos instrumentos de elaboração e sistematização. Daí a importância da escola: se a escola não permite o acesso a esses instrumentos, os trabalhadores ficam bloqueados e impedidos de ascender ao nível da elaboração do saber, embora continuem, pela sua atividade prática real, a contribuir para a produção do saber. (p.77).

Portanto, é com este viés pedagógico que a educação profissional da Bahia lança como concepção pedagógica o trabalho como princípio educativo, no sentido de contribuir com a elevação do nível da consciência da comunidade que frequenta e busca na escola pública conhecimento elaborado sistematicamente.

2. AS LEIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Estado brasileiro deu os primeiros passos em direção à formação profissional na primeira década do século XX, mais precisamente em 1906, mesmo período que através do

decreto do Presidente Afonso Pena, cria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio determinando que esteja a seu cargo o ensino agrícola, escola veterinária, a escola de minas e ensino profissional. O ensino profissional era de nível primário, não se vinculando à educação, à formação intelectual. (Ciavata, 2006, p.106).

Somente em 1931 foi criado o Ministério da Educação pelo Presidente Vargas modificando a estrutura do ensino profissional tornando-se escolas federais de ensino profissional técnico. Com a criação do SENAI (1942) e SENAC (1946) o fortalecimento da produção capitalista vai se evidenciando com algumas transformações sociais, políticas e econômicas – como a regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho da mulher e da criança. (Fonseca, 2006, p.207).

Nesse período, alguns decretos foram surgindo em incentivo ao ensino técnico, denominadas leis orgânicas do ensino técnico de 1942.

Decreto-lei n. 4.073 de 1942, Lei orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 4244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário ; Decreto-lei n. 6141, de 26 de dezembro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Normal. (Frigotto, 2005, p. 25).

Entre as décadas de 1940 e 1960, o respeito à hierarquia e obediência às regras são aspectos que balizaram esse período (taylorismo).

Ainda remetendo a Fonseca (2006), nas décadas de 1970 e 1980 ocorrem mudanças na orientação da formação profissional: a escola pública assume a idéia da profissionalização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71), lei esta que “estabelece a profissionalização como eixo no segundo grau”. (Frigotto e Ciavata, 1992, apud Fonseca, 2006), tornando o capital com potência suficiente para desobrigar o Estado de implantar políticas públicas.

O processo de implantação de novas escolas nesse período onde a Ditadura Militar ainda operava no Brasil, com a utilização de slogans democráticos para iludir o povo, os projetos de escolarização inserido nas escolas fortaleciam a classe dominante, a burguesia, que tem como função “ensinar a submissão e a de excluir”. (Freitas, 2003, pg. 10). As normas disciplinares impostas tinham o intuito de conter as manifestações estudantis que não fossem de interesse do regime vigente. Provocando em vários momentos confronto com os policiais.

Assim, o processo de escolarização através da educação profissional era carregado de elitismo acentuado pela meritocracia que beneficiava a classe dominante e seus filhos. Esse processo perdurou até os anos 90.

O Estado da Bahia retomou a Educação Profissional em 2006, durante o segundo mandato do Presidente Lula, fase de início do processo de ressignificação deste ensino no Brasil. Contudo, o modelo instituído até então continuava a reprodução de mão de obra, ou seja, o ensino tecnicista.

Em dezembro de 2007, foi criada a Superintendência da Educação Profissional (SUPROF) para tratar exclusivamente da Educação Profissional, através do Decreto Lei nº 10.955/2007, ligada a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, tendo como compromisso fortalecimento da educação técnica profissional e projeto político que assegure uma oferta tecnológica pública e de qualidade socialmente referenciada. O conjunto desta política pública direcionou a Educação Profissional do Estado a dar avanços a partir das demandas encontradas através das dificuldades que os estudantes trabalhadores apresentaram durante anos, pois, a divisão social do trabalho (Trabalho Intelectual x Trabalho Manual) se torna ponto central para entender a concepção do

que é o Trabalho como Princípio Educativo. Assim,

o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. (FRIGOTTO, 2005, p.60)

Dessa forma, a estrutura de currículo apresentada na Educação Profissional da Bahia, traz uma ressignificação do modelo curricular tradicional, visto que, uma das metodologias esta vinculada à intervenção social, ou seja, ensino com retorno à sociedade, entendendo que são sujeitos históricos, fortalecidos pela sua identificação com seus territórios, compreendendo assim, a sua profissão.

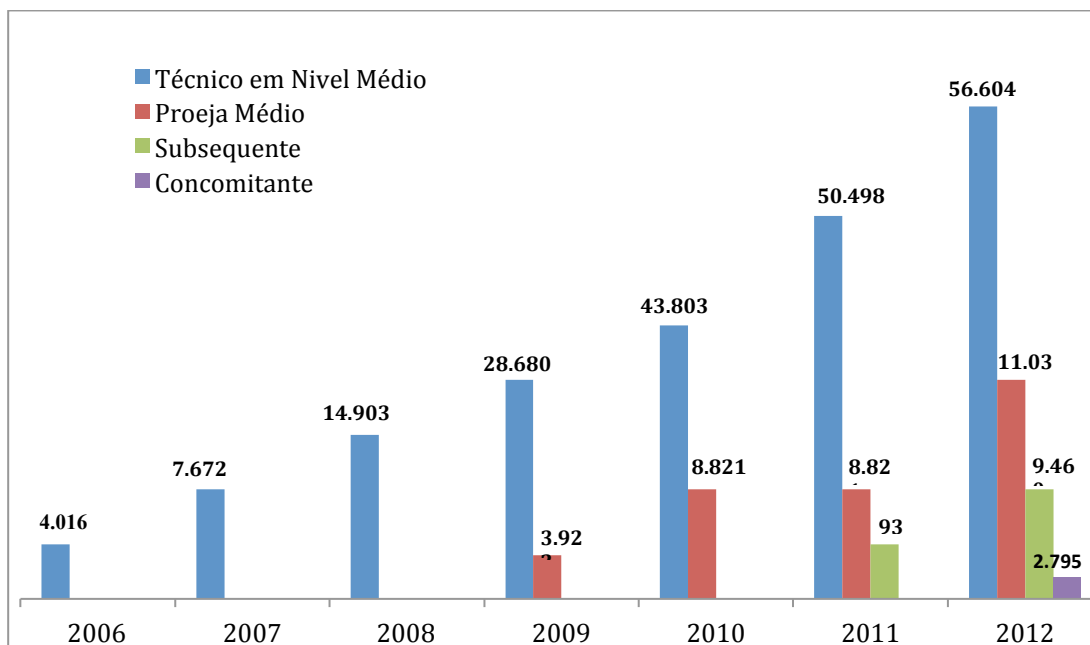
A SUPROF, respeitando o referido Decreto Lei, formatou um currículo em três blocos de componentes que se relacionam Base Nacional Comum (BNC), que são garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Formação Técnica Geral (FTG) que tem como fundamental compreensão fazer com que o estudante entenda a relação teoria e prática, e trabalho e educação; e por fim a Formação Técnica Específica (FTE) organizada por categoriais curriculares, tem seus componentes curriculares ligados ao curso escolhido pelo estudante, definido pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

A Categoria Curricular presente no bloco dos componentes curriculares da FTE é dividida da seguinte forma: i) Contextualização, composto por componentes que fazem relação com o processo histórico e social à luz das necessidades humanas e das transformações da sociedade; ii) Fundamento, conjunto de componentes voltados para os conhecimentos de base essencial, que tratam da razão de ser de determinado curso, área de conhecimento, ou profissão; iii) Tecnológicos, estão os componentes que favorecem os resultados práticos no desempenho da profissão, expressam-se no contexto socioambiental, econômico e contribuem com as transformações da realidade conhecida; e o iv) Instrumental, onde os componentes desta categoria estimulam o desenvolvimento de habilidades para execução dos conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos de forma articulada para que assim possam promover o encontro entre teoria e prática. Proporcionando assim, para os estudantes, conhecimento e dialogo com o curso técnico da sua escolha, sabendo da sua importância histórica e as possibilidades de inserir-se no mundo do trabalho.

3. O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA

A Bahia esta dividida em 27 territórios de identidade¹ e a SUPROF vem implantando ao longo dos anos uma política pública de Estado, assegurando uma oferta de educação tecnológica no ensino público, que vem crescendo ano a ano, conforme gráfico 1.

Gráfico (1): Expansão da Matrícula da Educação Profissional do Estado da Bahia



Veja, a oferta de vagas nos cursos técnicos da educação profissional baiana entre os anos de 2006 a 2012, teve um crescimento de mais de 1.400%, saltou de 4.016 matrículas para mais de 56.000 matrículas. E, em 2013.1 a SUPROF tem registrado aproximadamente 64.000 matrículas de estudantes na rede de ensino público no Estado. Logo, o aumento do número de vagas na educação profissional e conseqüentemente o acesso destes jovens e adultos trabalhadores ao ensino, possibilita maior condição de acesso ao mundo do trabalho, visto que no mundo globalizado, nas condições atuais do modo de produção da vida, a qualificação profissional é fator fundamental, assim como o trabalho é o primeiro pressuposto para a condição de viver.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.[...] O segundo ponto é que a

¹ O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>) acesso em: 25/05/13.

satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas constitui o primeiro ato histórico. [...] A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente a sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades. (MARX e ENGELS, 2007, p. 32-33)

Para tanto, no sentido de garantir o processo de desenvolvimento da vida e conseqüentemente da educação na teia descrita por Marx, se faz necessário a compreensão do homem no seu processo histórico, como gênero humano e não somente como espécie.

Para dar continuidade aos interesses, dos que se interessam pela educação profissional, a Bahia monta uma estrutura nos 27 Territórios de Identidade que transformaram escolas agrícolas abandonadas, em CETEP's² e escolas técnicas e unidades escolares em CEEP's oferecendo cursos de diferentes Eixos Tecnológicos, atendendo ao Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, e os Centros Estaduais de Educação Profissional que oferecem Eixos em menor proporção.

Com as crescentes demandas sociais e econômicas por cursos técnicos, a implantação de CEEP's e CETEP's tem se ampliado cada vez mais tornando necessário ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio em Unidades Escolares, denominadas de Unidades Compartilhadas, que antes ofereciam apenas o ensino médio regular, o chamado ensino propedêutico. Sagrando mais uma possibilidade de formação para o adolescentes, jovens e adultos trabalhadores..

A educação profissional oferece modalidades distintas de ensino onde o estudante obedece a critérios de acordo com a sua realidade escolar e etária. A Educação Profissional Integrada – EPI, é uma delas, permite que o estudante ao concluir o ensino fundamental escolha um dos cursos técnicos, oferecidos pela rede, durante um período de quatro anos. Outra modalidade é a Concomitante que tem a duração de três anos, o estudante deve estar matriculado no ensino médio regular e no contra turno estudar em um Centro da Educação Profissional. A modalidade Subsequente – PROSUB é direcionado aos que já concluíram o ensino médio em escola pública, independente da idade atual e pretendem retornar à escola para fazer uma formação técnica profissional semestral, com duração de dois anos. É uma modalidade ofertada apenas nos Centros de Educação Profissional por meio de sorteio eletrônico³ monitorado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outras instituições representativas do estado da Bahia.

² CETEP's – Os Centros Territoriais de Educação Profissional, foram criados em substituição às escolas agrícolas, têm grande abrangência pela necessidade de atender todo o território de identidade.

³ O sorteio eletrônico é realizado na modalidade Prosub, ou seja, para quem já terminou o ensino médio em escola pública e quer voltar a fazer um curso técnico de nível médio. O sorteio eletrônico é acompanhado por representantes de órgãos como o Ministério Público, Tribunal de Contas, Auditoria Geral do Estado, Conselho Estadual de Educação, professores e candidatos. Geralmente é transmitido por videoconferência, em tempo real. (disponível em: <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br/p/formas-de-articulacao.html>, acesso em - 25/05/13.

Por uma necessidade de reparação social e buscando alcançar aqueles que não completaram o percurso formativo do ensino fundamental a SUPROF oferta também a modalidade PROEJA⁴ Fundamental. Com ele, a partir dos dezoito anos, o jovem e o adulto trabalhador tem a oportunidade de elevar a escolaridade e obter uma qualificação sócio profissional ao final de dois anos e meio. O mesmo acontece para os que não tiveram o ensino médio concluído. Estes, ao se matricularem no PROEJA Médio obterão, além da elevação da escolaridade, uma formação técnica ao cumprirem o período definido pela matriz curricular.

Assim, a educação profissional do Estado da Bahia em consonância com as políticas públicas da Secretaria de Educação, vem na direção do avanço e da transformação do sujeito. Compreendendo, que a educação contribui nas alterações sociais com ações voltadas para a igualdade, ao reconhecer os direitos básicos dos sujeitos, entre eles, o direito a uma formação técnica profissional pública, de qualidade, socialmente referenciada e acessível para todos e

Considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-lo mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2010, p.77)

Dessa forma, a Bahia tem dado um encaminhamento significativo para o interesse dos filhos da classe trabalhadora, no que diz respeito a acesso ao ensino técnico profissional, pois, o crescimento do número de vagas para este segmento é crescente a cada ano como já ilustrado anteriormente. Assim, entendemos que aqueles que ainda não compreenderam o processo de socialização e as possibilidades para os que foram historicamente excluídos de tal educação, estão, ou até mesmo são, os que andam na contra mão do processo de reparação desta parcela da população. Contudo, cabe aqui salientar, que não podemos confundir mundo do trabalho, com o apressamento imediato para o mercado do trabalho e nem com o produtivismo do trabalho. (FRIGOTTO, 2010). Trata-se de uma relação mediata. Sua relação intrínseca dá-se com o trabalho na sua natureza ontocriativa, que é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. (KOSIK, 1976). No processo dialético, considerando que a formação profissional específica, para ser efetiva, é preciso da condição prévia na educação básica (fundamental e médio) articulando-se, portanto, a ela e às mudanças técnicas científicas do processo produtivo de desenvolvimento humano.

⁴ Educação Profissional para a Educação de Jovens e Adultos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que possamos desenvolver melhor a análise sobre os dados e conseqüentemente chegemos a conclusões, mesmo que parciais, se faz necessário compreender como o trabalho em sua dimensão de criação do ser humano se dá no processo educativo. É por conta deste entendimento da dimensão ontocriativa do trabalho que a educação profissional ainda enfrenta dificuldades para alcançar o tão sonhado cidadão crítico emancipado.

Dizemos isso, por ainda enfrentamos impasses, com os limites para construção e implementação de ações, tais como: a) construção e implementação de laboratórios dos cursos técnicos; b) ausência no nivelamento técnico e pedagógico do professor na área do conhecimento que atua; c) interesses e políticas específicas voltadas para formação continuada de professores e gestores; d) adequação dos professores para realidade dos estudantes da Educação Profissional; e) dificuldades e escassez de contratação de professores para os componentes curriculares da Formação Técnica Específica – FTE; f) limites de espaço físico e de estrutura nas unidades de ensino e centros, entre outras dificuldades de variadas ordens para implementação de Laboratórios e Bibliotecas de cursos técnicos, e outros percalços da Educação Pública que já são sabidos. Ainda assim, encontramos nestas mesmas Unidades Escolares e Centros, atores profundamente estimulados pelas transformações possíveis que a Educação Profissional promove em seus estudantes, desempenham suas atividades docentes na perspectiva do que Vigotski (2010) chamou de zona de desenvolvimento proximal, ou seja, o professor faz a mediação histórico-cultural do processo ensino-aprendizagem numa perspectiva de totalidade.

A Educação Profissional da Bahia é um convite e ao mesmo tempo uma reflexão para professores e estudantes no sentido de serem sujeitos participes dessa subjetividade que emerge. Por sermos profissionais, ora em ação na institucionalidade, sabemos que a Educação Profissional e os sujeitos a quem diretamente nos referimos, os estudantes, aprendem, apreendem, significam e resignificam a vida e seus sentidos. Sabemos dos limites que ele apresenta, da inconclusão e da parcialidade dos seus dados, entretanto o caminho percorrido precisa ser reconhecido, pois entendemos que para se fazer história, os homens em primeiro momento precisam estar vivos e se manterem vivos, para que a partir daí o movimento das relações sociais aconteçam e se desenvolvam. Nesse desenvolver-se são criadas as condições de elevação da consciência humana rumo à emancipação. Assim, acreditamos que no processo de luta, que vem sendo travada, alcancemos a superação do modo de produção capitalista.

1. REFERÊNCIAS

1. BAHIA, Educação Profissional da – Trabalho, Educação e Desenvolvimento – Legislação Básica – 2010 – 2011.
2. FONSECA, Laura Souza – Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos 1990. IN: A formação do cidadão produtivo – A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep, 2006.
3. FREITAS, Luis Carlos de – Ciclos, seriação e avaliação : confronto de logicas – São Paulo: Moderna, 2003 – (Colecao cotidiano escolar)
4. FRIGOTTO Galdencio. CIAVATTA, TT Maria. RAMOS, Marize (orgs). Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
5. FRIGOTTO, Galdencio. CIAVATTA, TT Maria (orgs). A formação do cidadão produtivo – A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep, 2006.
6. KOSIK, Karel, Dialética do concreto, 2ª edição , Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
7. MARX, Karl ,ENGELS, Friedrich, - A Ideologia Alemã, São Paulo : Boitempo, 2007.
8. SAVIANI, Dermeval – Pedagogia historico-crítica: primeiras aproximações, 10ª edição – campinas, SP: Autores Associados, 2008.
9. VYGOTSKY, L.S. (Lev. Semenovich). A Formação Social da Mente. Ed. Martins Editora, 2010.